

Parecer nº 35/IEF/NAR PATROCINIO/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0001875/2024-12

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: JANDIR FERNANDES DA SILVA	CPF/CNPJ: 127.603.156-49
Endereço: Rua Leonardo Neto, 883	Bairro: Santa Terezinha
Município: Campos Altos	UF: MG
Telefone: (34)99940-0016	CEP: 38970-000
	E-mail: bio-aax@hotmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
	E-mail:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA BELA VISTA	Área Total (ha): 38,1795
Registro nº: 24.811	Município: Ibiá/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3129509-CB8C.705D.0413.4CDE.90CE.AE10.85FF.875E	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa	6,0203	ha

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa	6,0203	ha	23 K	360.531	7.832.334

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		6,0203

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)
Cerrado	Campo		6,0203

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de Floresta Nativa		4,00	M³

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 05/03/2024

Data da vistoria: 17/09/2024

Data da Solicitação de Informações complementares: 14/08/2024 e 13/12/2024

Data do cumprimento das informações complementares: 21/08/2024, 17/01/2025 e 22/01/2025

Data de emissão do parecer técnico: 06/03/2025

## 2. OBJETIVO

O objetivo deste parecer é analisar a solicitação para intervenção corretiva referente a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 6,0203 ha para uso alternativo do solo. Foi pretendido com a intervenção a ampliação de lavouras perenes no imóvel.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

#### 3.1 Imóvel rural:

A intervenção ocorreu no imóvel rural denominado Fazenda Bela Vista, matrícula 24.811, com área total de 38,1795 hectares, localizada no município de Ibiá e tem como proprietário o Sr Jandir Fernandes da Silva.

Atualmente o imóvel tem como atividade econômica a cafeicultura, que ocupa área de 10,7947 ha.

Foi apresentado Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para a para a atividade de culturas anuais, perenes e silvicultura.

A propriedade possui reserva legal com área de 7,8055 há, não inferior ao percentual de 20% da área total do imóvel.

Também foi feita vistoria nas áreas de reserva legal, que será descrita no item 4.3 deste Parecer.

A reserva legal está cadastrada no CAR com número MG-3129509-CB8C.705D.0413.4CDE.90CE.AE10.85FF.875E. As informações prestadas no cadastro ambiental rural correspondem com as constatações observadas durante vistoria técnica.

#### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3129509-CB8C.705D.0413.4CDE.90CE.AE10.85FF.875E

- Área total: 38,1797 ha

- Área de reserva legal: 7,8055 ha

- Área de preservação permanente: 4,4275 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 12,3875 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 7,8055 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Documento:

Matrícula: 24.811

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Um fragmento

- Parecer sobre o CAR:

*Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.*

*Não foram utilizadas áreas de preservação permanente no cálculo das áreas de reserva legal.*

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Requer o empreendedor a intervenção corretiva referente a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 6,0203 ha para uso alternativo do solo. Foi pretendido com a intervenção a ampliação de lavouras perenes no imóvel.

Foi apresentado Projeto de Intervenção Ambiental, elaborado pelo biólogo Henrique Ferreira Ávila, CRBio 62.321/04 e ART 20231000107391.

Taxa de Expediente: Valor R\$ 639,69 (Seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos), quitada em 20/06/2023.

Taxa de Expediente Complementar: Valor R\$ 54,04 (Cinquenta e quatro reais e quatro centavos), quitada em 02/11/2024.

Taxa florestal: Valor R\$ 7,05 (Sete reais e cinco centavos), quitada em 20/06/2024.

Taxa florestal complementar: Valor R\$ 2,00 (Dois reais), quitada em 18/01/2024.

Taxa florestal em dobro: Valor R\$ 7,39 (Sete reais e trinta e nove centavos), quitada na data de 18/01/2024.

Taxa florestal e em dobro: Valor R\$ 46,46 (Quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos), quitada em 25/02/2025.

Sinaflor: 23127572

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Após consulta do polígono de intervenção à ferramenta de auxílio de tomada de decisão (IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), foram verificadas as seguintes informações:

- Vulnerabilidade natural: Média e Alta
- Risco a Erosão: Médio e Alto
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não é área prioritária
- Unidade de conservação: Não se aplica
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica
- Outras restrições: Não se aplica

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Cafeicultura

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, perenes e silvicultura, que se encontra listada no âmbito da Deliberação Normativa nº 217/2017 por meio do código G-01-03-1

- Modalidade de licenciamento: Não Passível de Licenciamento Ambiental, devido aos potenciais poluidores serem inferiores àqueles relacionados no anexo único da Deliberação Normativa N° 217/2017

- Número do documento: Certificado emitido eletronicamente na data de 29/08/2024.

#### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria do imóvel foi realizada em 17/09/2024. Primeiro o processo foi protocolado como intervenção corretiva com supressão de cobertura vegetal nativa em 2.4549 ha. Esta intervenção irregular consta no auto de infração nº 314599/2023 lavrado pela Polícia Militar de Meio Ambiente na data de 05/05/2023.

Durante vistoria foi verificado que outra intervenção havia sido realizada sem autorização ambiental. A área foi medida e a intervenção foi de 3,5654 ha. Foi lavrado novo auto de infração na data de 03/12/2024.

As duas áreas intervindas eram compostas por campo com alguns arbustos. O rendimento lenhoso declarado na primeira intervenção foi de 1 m³ de lenha nativa e na segunda intervenção o rendimento estimado foi de 3 m³ de lenha nativa, totalizando 4m³.

Foi verificado que nas duas intervenções não houve uso antrópico, no qual as áreas permanecem nativas e assim foi respeitado a suspensão das atividades.

As duas autuações foram quitadas e encontram-se anexas ao processo. As taxas florestais foram quitadas com o valor dobrado.

Foi também feita vistoria na reserva legal, que compreende a um fragmento contínuo de 7,8055 ha de campo e cerrado em transição com floresta estacional semidecidual em bom estado de preservação. A propriedade possui 4,4275 ha preservação permanente bem preservada. O imóvel ainda conta com 7,5389 ha de vegetação nativa remanescente, caracterizada por campo.

Portanto, mesmo com as intervenções realizadas, o imóvel ainda conta com área total de vegetação nativa de 19,7719 ha, que representa 51,78% do imóvel.

Pode-se dizer que no imóvel não há área abandonadas ou subutilizadas, uma vez que as áreas intervindas não estão sendo ainda utilizadas devido a regularização ambiental desse passivo.

##### 4.3.1 Características físicas:

Topografia: Suave ondulado nas áreas das intervenções, com topografia máxima de oito graus.

- Solo: Predominantemente caracterizado por latossolo.

- Hidrografia: A área esta inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1) E bacia Estadual do Rio Araguaçu (UPGRH: PN2).

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O Bioma é o Cerrado e o local solicitado para intervenção está ocupado pela fitofisionomia campo.

- Fauna: Tatu, Raposa, Tamanduá Bandeira, Seriema, Paca, Cascavel, Jararaca, Pica Pau e diversas espécies de aves.

#### 5. ANÁLISE TÉCNICA

A propriedade possui reserva legal declarada no CAR, com percentual não inferior a 20% da área total do imóvel e bem preservada.

A propriedade é de pequeno porte e tem a necessidade de se tornar mais produtiva.

A área a ser regularizada era (e ainda é) composta pela fitofisionomia campo no qual não há impedimento legal.

As duas multas foram quitadas de forma integral.

Mesmo com as intervenções feitas, o imóvel ainda ficará coberto por vegetação nativa em 51,78% de seu território.

No IDE Sisema não foi verificado nenhuma restrição sobre a localização do imóvel.

Tecnicamente, entendo que a área de intervenção possui características que a tornam apta ao fim requerido, que é a ampliação de lavouras perenes no imóvel.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

**Impacto:** Depreciação da qualidade do ar, quando da emissão de partículas sólidas e de gases resultantes de combustão, em virtude do emprego de maquinarias em diferentes operações.

**Medida Mitigadora:** Aprimorar a qualidade dos combustíveis e a parte mecânica das maquinarias, diminuindo o seu potencial poluidor; implantar um sistema eficiente de manutenção das maquinarias; treinar melhor os operários para a execução racional das tarefas mecanizadas; e utilizar caminhões-pipa para irrigar o solo, em áreas acessíveis, durante a realização das tarefas.

**Impacto:** Dificuldade de infiltração de água pela compactação dos solos, prejudicando o abastecimento do lençol freático.

**Medida Mitigadora:** Utilizar tratores com menor capacidade de compactação do solo; aprimorar o treinamento dos operários na execução das tarefas, evitando o excesso de compactação do solo.

**Impacto:** Danos a microbiota do solo oriundo do uso de biocidas.

**Medida Mitigadora:** Utilizar biocidas que apresentem menor tempo de degradação do seu princípio ativo; uso consciente de biocidas na área.

**Impacto:** Danos a microbiota do solo, quando do uso de fogo.

**Medida Mitigadora:** restringir o uso do fogo na área, principalmente na queima de restos de vegetação, após o desmatamento; realizar a retirada mecânica de serapilheira e restos vegetais em vez do uso de fogo para a limpeza.

**Impacto:** Danos a microbiota do solo em razão da exposição do solo.

**Medida Mitigadora:** realizar o plantio de cobertura vegetal o quanto antes possível, afim de proteger o solo dos intempéries.

**Impacto:** Assoreamento de cursos hídricos e erosão do solo.

**Medida Mitigadora:** Construção de curvas em nível e cacimbas.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0001875/2024-12

Requerente: JANDIR FERNANDES DA SILVA

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

### I. Relatório:

1 - Trata-se o procedimento administrativo ora sob análise de requerimento de regularização de uma **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 6,0203 hectares** no imóvel rural denominado "Fazenda Bela Vista", localizado no município de Ibiá, matrícula nº 24.811, possuindo **área total de 38,1795 hectares**, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **7,8055 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo responsável técnico deste processo, que se encontra em bom estado de conservação e com quantidade acima do percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a regularização de uma supressão ocorrida anteriormente sem autorização para expansão da atividade de agricultura, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, de acordo com a **Certidão de Dispensa** apresentada, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu (sua) representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a área requerida não é considerada como prioridade de conservação **extrema/especial**, de acordo com o sistema Biodiversitas e o IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

## II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise é **passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

*Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:*

*I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;*

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

## III. Conclusão:

8 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado ao processo, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/2012 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina favoravelmente à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 6,0203 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas no Parecer Técnico, caso existam, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

9 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

10 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

**Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.**

### Observações:

*As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

*O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

## 7. CONCLUSÃO

- Considerando que a propriedade tem a necessidade de se tornar mais produtiva;
- Considerando o processo foi instruído corretamente e com os estudos pertinentes;
- Considerando que o imóvel cumpre com as exigências ambientais;
- Considerando que a área está apta ao fim requerido e não há impedimento legal para a intervenção requerida;
- Considerando que foram quitadas as multas;

Me posiciono favorável ao deferimento da intervenção corretiva referente à supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 6,0203 ha, na Fazenda Bela Vista, matrícula 24.811, localizada no município de Ibiá.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Valor: R\$ 132,74, no qual já foi pago R\$ 32,22 e depois R\$ 99,56, totalizando 131,78 e faltando pagar a complementação de R\$ 0,96 (noventa e seis centavos).

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal  
( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas  
( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Alencar Cunha Filho  
Masp: 1148740-2

### RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado  
Masp: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 02/04/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alencar Cunha Filho, Gerente**, em 03/04/2025, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **108729017** e o código CRC **4FBB58CF**.